



Editorial

O Produto Interno Bruto de África registou um crescimento médio de 3.9% em 2014, comparativamente com 3.3% em termos mundiais, embora com grandes disparidades regionais. Na África subsariana o crescimento foi de 5.2% – e um ponto percentual acima se excluirmos a África do Sul – o que indica um crescimento relativamente robusto apesar dos constrangimentos globais e regionais, incluindo a queda no preço das matérias-primas ou a epidemia de Ébola. A retração de 20% na economia líbia, ligada à interrupção da produção petrolífera devido ao conflito, determinou a continuação de um crescimento lento no Norte de África, situando nos 1.7%. A queda acentuada dos preços das matérias-primas, verificada nos últimos anos, terá efeitos mistos a médio prazo: os países exportadores de petróleo verão enfraquecida a sua posição orçamental, enquanto nos países importadores a diminuição dos custos energéticos impulsionará o consumo e a competitividade. As previsões de crescimento em África apontam para 4.5% em 2015 e 5.0% em 2016, principalmente devido a um crescimento mais forte nos países de rendimento médio. Entre 2015 e 2016, estima-se que a África subsariana cresça, em média, cerca de 5%.

Esta 14ª edição das *Perspetivas Económicas em África* evidencia uma mudança na economia do continente africano, com o aumento da relevância da agricultura, da construção civil e dos serviços. Espera-se que o investimento direto estrangeiro atinja um total de 73.5 mil milhões de USD, em 2015, direcionando-se para os mercados de consumo nos grandes centros urbanos. As remessas da Diáspora Africana sextuplicaram desde 2000, devendo atingir 64.6 mil milhões de USD no final de 2015. Por outro lado, as obrigações soberanas estão em crescimento acelerado, o que indica um aumento da confiança dos investidores. Esta nova fonte de financiamento deve ser acompanhada de políticas macroeconómicas prudentes, para que sejam mantidos níveis de dívida sustentáveis.

Verifica-se uma melhoria do desenvolvimento humano em África, embora os indicadores demonstrem que a pobreza continua a ser um fenómeno alargado, tanto em países de rendimento baixo como médio. Apesar das altas taxas de crescimento, os ganhos económicos são muito desiguais, quer entre as regiões quer dentro dos países, e vulneráveis a adversidades provenientes de riscos sociais, ambientais e de saúde. O surto do vírus Ébola teve grande impacto nas populações e nas economias da Guiné, da Libéria, da Serra Leoa e nos países vizinhos na África Ocidental, com a luta destes países a ser agravada por uma resposta internacional díspar. A epidemia de Ébola alertou para insuficiências na prestação de serviços sociais em muitos países africanos, especialmente nos serviços de saúde, bem como para a fragilidade das estruturas institucionais. Uma lição importante é que a existência de instituições nacionais fortes e responsáveis é uma condição indispensável para a melhoria da equidade, da proteção social e da rapidez de resposta a catástrofes internas.

Em 2014, embora o nível de tensões sociais e de violência tenha recuado em muitas partes de África, as consequências da guerra são ainda evidentes, com conflitos persistentes na Líbia, na Nigéria, na República Centro-Africana e no Sudão do Sul. Os impactos sobre as populações e as condições de vida têm sido muito graves; existe, assim, uma necessidade óbvia e urgente de promover um crescimento mais inclusivo e uma participação política mais alargada, para reduzir as privações que tendem a alimentar revoltas e conflitos.



Pela primeira vez, o relatório *Perspetivas económicas em África* aborda as alterações demográficas e dinâmicas espaciais em África no âmbito de um debate mais alargado sobre a geração de oportunidades de emprego de qualidade para a população jovem. Em 2050, o continente africano terá mais de 2 mil milhões de habitantes, o que significa que passará dos atuais 15% para 25% da população mundial. A maioria habitará na África subsariana, cuja população deverá triplicar. Isto pode representar uma oportunidade sem precedentes, uma vez que os rácios de dependência, que têm vindo a aumentar desde a década de 1980, poderão descer para 0.6 em 35 anos. As cidades terão um crescimento rápido mas, ao contrário das transições demográficas noutras locais, tal também sucederá nas comunidades rurais. O aproveitamento deste bónus demográfico em prol do crescimento inclusivo e sustentável requer que se explore o potencial das economias locais, frequentemente negligenciadas. Deverão, igualmente, ser implementadas políticas para colmatar as disparidades que surgirão entre os centros urbanos em rápida mutação e o resto dos territórios.

Congratulamos esta nova edição do relatório *Perspetivas económicas em África* a sua contribuição para enfrentar os desafios salientados na Agenda 2063 da União Africana e na Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015.

Donald Kaberuka

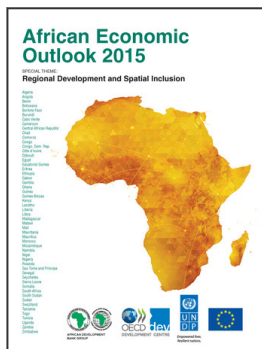
Presidente,
Grupo do Banco Africano
de Desenvolvimento,
Abidjan

Angel Gurría

Secretário-Geral,
Organização para a Cooperação
e Desenvolvimento Económico,
Paris

Helen Clark

Administradora,
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento,
Nova Iorque



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), "Editorial", in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-2-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.